

HOMEM TRANS: DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE

ALMEIDA, Gilberto de Melo¹
FIÓRIO, Carolina Thurler¹
MENEZES, André Crisóstomo¹
SECCON, Poliana Alves¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gilbertoalmeida2002@gmail.com; carolinatfiorio@yahoo.com.br; adcrisostomo07@gmail.com; poliana-alves2020@hotmail.com

² Professor orientador: Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os homens trans constroem arranjos entre sexo e gênero que ultrapassam a linearidade do padrão cisnormativo e de práticas heteronormativas, ratificando outras possibilidades de conceber a constituição humana. O gênero é uma construção, podendo ser mutável, e devendo ser respeitado, principalmente na área da saúde, já que os impactos gerados por essa lógica da transfobia nessa área, são gigantescos. Diversas discussões buscam romper com o caráter purista da categoria gênero, que tende a afirmar como masculinas ou femininas aquelas vivências que se alocam em suas determinações biológicas (Sousa; Iriart, 2018).

A falta de familiaridade com terminologias adequadas, protocolos sensíveis ao gênero e práticas inclusivas podem levar a erros de comunicação, tratamento inadequado e até mesmo à diminuição pela busca do sistema de saúde pelos homens trans. Na compreensão deste processo, destacaremos os desafios enfrentados em relação à igualdade e inclusão dos homens trans, especialmente no contexto da saúde pública. Abordando em como o despreparo da rede faz com que um ambiente de saúde, que deveria ser sinônimo de acolhimento, acaba sendo um local de constrangimento e insatisfação para determinado usuário (Moura; Silva, 2020).

Se torna necessário a discussão sobre a formação de uma rede de atenção capacitada, com a intuição de compreender que cada pessoa possa possuir uma

realidade diferente da outra. Dessa forma, a presente pesquisa tem a finalidade de apresentar não só o que compreende as transformações corporais, mas também as demandas de necessidades relacionadas a saúde (Rocon *et al*, 2019).

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica apresentada foi desenvolvida no mês de setembro de 2024, tendo como fonte de pesquisa os sites Google acadêmico, Scielo, Google, Livro físico e outras literaturas brasileiras disponíveis na modalidade *online*, sendo todas elas voltadas para a temática da referida pesquisa. Para a execução da pesquisa foram utilizados palavras e termos chaves como: “homens trans”; “atendimento do SUS a pessoas trans”; “padrões heteronormativos”; “papel do psicólogo”. Foram lidos o total de treze materiais, variando entre artigos, livros e outros, sendo todos em português. Para além da função da pesquisa qualitativa, os materiais encontrados e lidos também serviram como contribuição teórica para o estudo voltado a clínica transexualizadora, apresentando os autores e suas ideias que foram usados como ponte para a confecção deste trabalho, onde foram devidamente citados ao decorrer desta pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Os conceitos que pautam nossa sociedade atual estão muito ligados a uma visão de opostos, seja ele em uma questão moral e ética como o bem e o mal, como em assuntos menos relevantes como o sujo e o limpo (Carvalho; Freire, 2019). Essa visão até mesmo parmenídea de o ser é, e o não ser não é, fortalece uma visão de isso ou aquilo, um ou outro. Essa lógica de oposto e binária que anula o que não está nos extremos também está presente na questão de gêneros, focalizando apenas no homem e no seu oposto, a mulher, anulando um outro que não esteja nessas extremidades (Pereira, 2018).

Pablo Rocon (2021) nos traz sobre as consequências da disseminação social do binarismo de gênero e sexualidade, já que visando essa lógica binária, existe apenas homem e mulher e o que foge a isso seria um desvio de padrão e, por isso, uma anormalidade. Uma pessoa que se encontra em estado de não se identificar com o sexo biológico determinado por uma equipe médica antes mesmo dele ter nascido, se encontra em um lugar de ter que se submeter a uma clínica que o desvaloriza e o

leva a procedimentos muitas vezes invasivos. Isso se dá pois é garantido por lei o direito da pessoa trans de ter acesso ao processo que ressignifica e adequa a pessoa a ter seu corpo real, contudo para isso, é necessário a comprovação de que ele está apto para passar pelo processo (Rocon *et al*, 2019).

Todavia, para ter acesso a cirurgia, a pessoa trans é levada a lidar com uma equipe despreparada e que está totalmente alinhada a lógica binária do corpo. Por essa razão, Rocon (2021) adverte que, em muitos casos, existe uma preparação do público para emitir respostas que não representam eles em si, mas sim, uma cartilha ditada por um manual diagnóstico que não dialoga com a comunidade e que provocam mais a exclusão do que a inclusão. Jonathan Moura e Bruna Silva (2020) ensinam que o processo de transição não é constituído só pela cirurgia e, por isso, a preparação da equipe dos hospitais, UBS e afins devem estar preparadas para lidar com tal público, o que nem sempre acontece. Essa falta de preparo incapacita os profissionais e levam a população trans a passarem por situações constrangedoras, como por exemplo o uso do nome social, que mesmo sendo um direito garantido por lei, em muitas vezes não é respeitado (Rocon *et al*, 2019).

O não conseguir exercer uma postura ética e respeitosa nem em questões básicas como o nome da pessoa, ocasiona um baixo índice de pacientes que voltam a utilizar as unidades de saúdes num período pós transição. O profissional da psicologia também exerce um papel de preconceito bem pertinente para essa população. Num primeiro momento, onde ele prega o acolhimento, mas, na prática, executa uma imposição de saber que oprime, já que no processo transexualizador, o psicólogo é quem fará a pergunta que confirmará se a pessoa é ou não um “trans de verdade”, conceito esse que Rocon (2021) afirma que apenas funciona como um mecanismo para fazer com que uma “anormalidade” (pessoa trans) se enquadre em um padrão normativo.

Beatriz Santos e Adriane Wollmann (2021) irão dar enfoque que o papel do psicólogo nesse processo transexualizador deveria ser o de identificar o gênero como uma expressão da subjetividade do sujeito, e que mais do que apenas ouvir, o psicólogo deveria garantir um local acolhedor e que supra as necessidades do indivíduo em questão, pois apenas com uma escuta verdadeira seria possível que os profissionais de saúde planejassem um cuidado adequado a esse usuário.

Essa promoção de um local acolhedor ainda pode ser vista como uma utopia,

já que, como foi dito, os trabalhadores da área da saúde ainda estão sendo constituído como pessoas e profissionais condicionados a verem o mundo pela lógica binária e normativa e, por isso, promovem uma perda de autonomia para os que fogem dessa lógica, os enquadrando como doentes (Rocon, 2021).

E da mesma forma que é visto pela lógica hospitalar que um sujeito adoecido, não pode escolher qual remédio tomar, já que essa autoridade é dada ao poder médico, o trans, que é tido como doente pela sociedade, também não tem direito sobre como seria a melhor forma do seu “tratamento”. Contudo, como levantado por Rocon (2021) os métodos muitas vezes impostos pela visão biomédica não dialogam com a realidade trans, e mesmo assim, são esses métodos que ditam a vida da população trans, podendo ser atribuído a frase de muito poder para pouco saber.

3.1 Dificuldades enfrentadas pelo homem trans

Ao se tratar das dificuldades da população trans, não podemos exercer uma visão generalista a respeito de seus problemas e dificuldades para com o acesso a rede pública de saúde, pois dessa forma, podemos acabar reduzindo um público amplo e com suas subjetividades a um olhar simplista e reducionista. Dessa forma, podemos reconhecer que há dificuldades vividas por uma parcela da população trans que não exerce tal influência em outra, já que dentro dessa vasta gama de pessoas, temos um grande número de variações fisiológicas, além do histórico de vida de cada um, e essa variabilidade de singularidades deve ser enxergada para o melhor tratamento para com o sujeito (Arán; Murta; Lionço, 2009).

Para exemplificar podemos citar o desafio encontrado para homens que passaram pelo processo de resignificação e necessitam de atendimento ginecológico. O confronto com a lógica social de que homem de verdade não vai a ginecologista porque é erroneamente visto como o médico de mulher, acaba gerando uma dificuldade tanto pessoal para o homem que procura essa especialidade, como para o especialista que em muitas vezes não está preparado para lidar com essa demanda, já que a constituição da ginecologia enquanto área do saber foi centrada em um gênero numa vinculação quase intransponível com o feminino, o que gera impactos variados não apenas coletivamente, mas, sobretudo, nos indivíduos que rompem com os postulados dessa especialidade (Nascimento, 2020).

O medo de situações constrangedoras, o despreparo de profissionais e o

preconceito fazem com que esse público deixe a saúde ginecológica de lado, o que por muitas vezes podem acabar gerando agravamentos de doenças ginecológicas e até a morte desse público (Castro, 2022).

Contudo, não é apenas o homem que passou pela resignificação que encara o preconceito velado ou exposto dos locais de saúde para com ele. Essa discriminação, como pontua Gabriela Nascimento (2020) acaba fazendo com que homens trans busquem outras alternativas, como por exemplo a troca de informações, seja por meio físico ou virtual acerca de medicamentos, dosagens, efeitos colaterais e outros saberes que deveriam ser informados por um profissional, o que também é colaborador para o adoecimento dessa população.

3.2 A territorialização como forma de acesso

A clínica trans nas unidades de atendimento primário se mostra como um território a ser desbravado pelos profissionais que ainda caminham para constituir instrumentos que se adequam a população, para que tal aconteça de uma forma eficiente, se mostra indispensável a escuta com a própria população usuária, para que assim as políticas públicas pensadas para a comunidade LGBTQIAPN+ possam ser implementadas e cumpridas, assim integrando a população ao SUS (Gomes *et al*, 2022).

Um conceito que se faz válido para a implementação das políticas públicas para o alcance a usuários que se reconhecem como homens trans, é o de territorialização. Conforme Rivaldo Mauro de Faria (2013), a territorialização serve como uma ferramenta para atuação no espaço, entendendo este inicialmente como geográfico, para que as UBS possam levar programas de saúde para comunidade que se encontra. Sua forma de pensar perpassa então territórios que façam sentido para a população que deseja atingir.

Assim como uma unidade básica de saúde que se adequa, promove campanhas, solicita determinados remédios e vacinas, e reconhece sua população através do contato com ela, para as pessoas trans que estão no tocante do território de uma UBS, através de uma aproximação se torna possível tratamentos e a prestação de serviços de saúde. Se por conta de uma lógica binária, que se faz como uma máquina de fobias daquilo que foge à regra, a população trans não acessa os serviços de saúde, cabe uma reversão desta lógica operante, para que assim, os

profissionais comecem a se capacitarem e mudarem tal modo operante, construindo laços entre usuário e serviço (Faria, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo transexualizador de homens e mulheres encontra muitas barreiras, em toda sua tramitação, desde as unidades básicas de saúde até na atenção terciária do SUS. Contudo, a princípio, se torna indispensável a discussão de como o acesso a saúde também deve agir como agente provedor de saúde e qualidade de vida, determinando que esse grupo de pessoas se sintam confortáveis na busca pelo acesso à saúde, aproximando essa comunidade de pessoas à procura pela saúde e não os afastando.

Para uma comunidade tão sofrida e marcada pelo preconceito e violência, é urgente que os órgãos públicos de saúde capacitem seus funcionários para uma melhoria na prestação dos serviços a essa população, desde seu acolhimento, até os cuidados mais especializados. Assim como é urgente que o papel da psicologia no processo transexualizador seja de fato adequado à ética profissional do que se espera na prática do profissional de psicologia: acolhimento, escuta empática, garantindo as necessidades e os direitos da pessoa trans e do respeito a sua subjetividade.

Nesse íterim, o presente trabalho alcançou seu objetivo, de modo que pesquisou e demonstrou os desafios da triste realidade encontrada pelos homens trans ao acessar os serviços públicos de saúde.

5 REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>. Acesso em: 23 out. 2024.

CARVALHO, Antônio Gregory Rocha; FREIRE, José Célio. **Psique e ética em C. G. Jung: o lugar do irracional na constituição do etos**. Universidade Federal do Ceará. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e20180133>. Acesso em: 11 set. 2024.

CASTRO, Yasmin. **Homens transexuais relatam constrangimento no ginecologista e dificuldades para lidar com menstruação em banheiros públicos**. G1 globo.com. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/>. Acesso em: 24 out. 2024.

FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOMES, Denildo de Freitas; TEIXEIRA, Enéas Rangel; SAUTHIER, Marta; PAES, Graciele Oroski. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, v.26, p. e20210425, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0425pt>. Acesso em: 18 out. 2024.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de; SILVA, Bruna Valentim da. Corpo silenciado, voz silenciada: Análise do discurso dos homens transexuais sobre o atendimento no sistema único de saúde. **Percursos Linguísticos**. Vitória (ES). 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/30686>. Acesso em 09 set. 2024.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de; SILVA, Bruna Valentim da. Corpo Silenciado, Voz Silenciada: Análise Do Discurso Dos Homens Transexuais Sobre O Atendimento No Sistema Único De Saúde. **PERcursos Linguísticos**. Vitória (ES). V, 10, n. 25. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/pl.v10i25.30686>. Acesso em: 23 out. 2024.

NASCIMENTO, Gabriela Siracusa. **Porque ginecologia é pra mulher né?!: a experiência de homens trans no atendimento ginecológico**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2020. Disponível em: <https://www.btdtd.uerj.br/>. Acesso em 23 out. 2024.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Para além do binarismo: transexualidades, homoafetividades e intersexualidades. **Revista UNIFACS**. 2018. Disponível em: revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/5939/3708. Acesso em: 22 set. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo. **Clínica (Trans)sexualiza(dor)a: processos formativos de trabalhadores da saúde**. 1ª edição /Salvador – BA. Editora Devires, 2021.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; WANDEKOKEN, Kallen Dettmann. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. 2019. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KfsPfJt3kBvPky8CVcSy5wL/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2024.

SANTOS, Beatriz Lenz dos; WOLMANN, Adriane. Impactos da assistência psicológica no processo transexualizador. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 14, n. 44, p. 451-471, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador. Bahia, Brasil. 2018. **Cadernos De Saúde**

Pública, 34(10), e00036318. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Lp4wHx4dhrMnZdqw76mn7MM/?lang=pt>. Acesso em:
09 set. 2024.